

RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.603 - PR (2014/0094625-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : RITA DE CASSIA DOS SANTOS MIRANDA MELO
ADVOGADO : TADEU KARASEK JÚNIOR - PR035576
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : SUELEN PATRÍCIA BÜTTENBENDER TANOMARU E
OUTRO(S) - PR040973

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS MIRANDA MELO** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de Agravo, assim ementado (fls. 319/332e):

EMBARGOS A EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO PARTICULAR ASSINADO PELO DEVEDOR E FIRMADO POR DUAS TESTEMUNHAS. TÍTULO EXECUTIVO. ART. 585, II DO CPC. ASSINATURA DAS TESTEMUNHAS EM MOMENTO POSTERIOR QUE NÃO RETIRA A EXECUTORIEDADE DO TÍTULO. REESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TABELA PRICE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAXA DE RENTABILIDADE.

1. O contrato particular firmado por duas testemunhas é título executivo extrajudicial líquido, certo e exigível, pouco importando se estas foram reproduzidas na cópia do documento recebida pelo apelante. Além disso, mesmo que as assinaturas das testemunhas tivessem sido colhidas posteriormente a realização do negócio jurídico, referido fato não seria o bastante para descaracterizar o título executivo.

2. Havendo apenas a necessidade de proceder-se aos cálculos dos encargos financeiros e da atualização monetária, não há falar-se em de ausência de executividade do título, posto que quando 'o título requer, apenas, a elaboração de cálculos aritméticos, não há falar em falta de liquidez' (REsp 270674/RS, Rel. o Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 20.08.2001).

3. No que tange à necessidade de reestruturação do contrato para fazer valer a limitação de 30% de seus rendimentos, esta diz respeito unicamente aos descontos que podem ser efetivados diretamente na folha de pagamento do servidor público federal, mas não corresponde à garantia ao mutuário do direito ao parcelamento do débito.

4. O contrato estipula a utilização da tabela Price. A pactuação da utilização da Tabela Price, por si só, não importa conclusão direta no

sentido de ocorrência de capitalização mensal tal como vedada em nosso sistema, tampouco a simples previsão contratual de duas taxas de juros (uma nominal e outra efetiva), significa a incidência de juros sobre juros.

5. A fim de estancar as irregularidades demonstradas, a CAIXA deverá, no período de anormalidade, cobrar apenas a comissão de permanência, sendo esta calculada tão somente com o valor correspondente à taxa de CDI a partir da data do inadimplemento, devendo ser extirpada a parcela relativa à taxa de rentabilidade.

6. É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência nos contratos bancários, à taxa de mercado, desde que (i) pactuada, (ii) cobrada de forma exclusiva - ou seja, não cumulada com outros encargos moratórios, remuneratórios ou correção monetária - e (iii) que não supere a soma dos seguintes encargos: taxa de juros remuneratórios pactuada para a vigência do contrato; juros de mora; e multa contratual.

7. Nos termos do caput da cláusula 12ª, como garantia de adimplemento, foi estipulada autorização expressa para a instituição financeira utilizar-se do saldo depositado em qualquer conta do mutuário para liquidação ou amortização parcial das obrigações assumidas. Tal previsão contratual não contém abusividade capaz de acarretar a sua nulidade, mormente porque se trata de expediente ajustado para facilitação da satisfação do crédito, que não causa interferência no princípio da autonomia da vontade, o equilíbrio contratual e a boa-fé.

8. A partir da propositura da ação não há como se pretender a manutenção da eficácia das cláusulas e condições contratuais desta data em diante, ou seja, a partir da propositura da ação são cabíveis somente os índices praticados pela Justiça Federal para correção dos depósitos judiciais de penhora.

9. Agravo desprovido.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, alega-se, em síntese: (a) nulidade da execução, porquanto o título executivo "não ostenta os requisitos formais previstos no art. 585, II, do CPC" (fl. 374e), derivando de contrato desprovido da subscrição de testemunhas e contrário à Resolução/CJF n. 04/2008; (b) inexigibilidade do título por inobservância do teto que constitui o limite legal para desconto em folha (30% dos proventos), à luz do disposto nos arts. 2º, § 2º, I, da Lei n. 10.820/2003, e 11, do Decreto n. 4.961/2004, bem como no art. 45, p. u., da Lei n. 8.112/1990, no Decreto n. 6.386/2008; e na Resolução/CJF n. 04/2008; e (c) ausência de inadimplemento e de mora, considerando ter havido cancelamento dos descontos por ultrapassarem o limite legal em

virtude da redução da remuneração da Recorrente, depois da perda de função comissionada

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido (fl. 409e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não obstante impugne acórdão proferido em agravo de instrumento, entendo relevante registrar o cabimento do presente recurso especial, porquanto ausente a possibilidade de modificação do *decisum* originário, considerando não se tratar de decisão precária. Portanto, a insurgência endereçada à Corte é o caminho apropriado para impedir a preclusão da matéria.

Quanto às alegações de nulidade da execução por defeito do título executivo e ausência de inadimplemento/mora, observo que o Recorrente não apontou o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO

AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. Quanto aos juros moratórios, o Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 87.521/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/05/2013).

De outra parte, no tocante à questão concernente à limitação, em 30% sobre a renda líquida, dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento, o tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos, *in verbis* (fls. 321/323e):

A sentença afastou a nulidade da cobrança de parcela mensal superior ao limite de 30% da remuneração líquida recebida, nos seguintes termos, verbis:

Da Reestruturação do Contrato

Insta asseverar que tanto a existência de doença na família como a perda da função comissionada não constituem fatores que impliquem vantagem exagerada de uma das partes em detrimento do outro contratante, na medida em que, embora

inesperadas, configuram questões que se encontram no âmbito da previsibilidade.

De fato, a verba inerente à função comissionada é devida ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento (art. 62 da Lei n.º 8.112/90). Todavia, essa retribuição pecuniária não tem caráter definitivo e cessa juntamente com o exercício do mister, situação que fica submetida ao juízo de conveniência e oportunidade do administrador. Pode findar, portanto, a qualquer momento.

De semelhante maneira, as doenças são inerentes à própria condição humana e mais naturais com o envelhecimento. Logo, o acometimento de pessoa com idade superior a 70 anos ao tempo do contrato por alguma enfermidade não pode ser considerado um evento totalmente surpreendente (a idade do genitor da embargante foi extraída da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física - evento 8, DECL4).

Especificamente em relação à causa em debate, a executada deixou de comprovar a perda da função comissionada, uma vez que apenas juntou um contracheque ao processo, bem como há evidências de que o acompanhamento médico de seu pai remonta ao ano de 2009, antes mesmo da celebração do contrato (evento 5 - EXMMED7).

Não se verifica, portanto, a ocorrência de eventos novos, imprevistos e imprevisíveis para a embargante que alteraram excepcionalmente as condições vigentes ao tempo em que o contrato foi firmado. Por consectário, não está autorizada a aplicação da Teoria da Imprevisão no caso concreto.

Por sua vez, não há se falar em incidência da Teoria da Base Objetiva do Negócio Jurídico, pois não houve comprovação da excessiva onerosidade decorrente da perda da função comissionada e da doença familiar.

Com efeito, a diminuição patrimonial (calculada com base no contracheque trazido pela parte embargante) reduziu o rendimento bruto auferido mensalmente como servidora pública federal para consideráveis R\$ 15.941,52. Além disso, deve ser sopesado que a mutuária exerce outra atividade remunerada que lhe proporciona ganhos, consoante notícia sua declaração de imposto de renda do exercício 2011. A redução de renda, impede reconhecer, não foi drástica. A isso se agrega a particularidade de a embargante não ter tido despesas médicas com seu pai durante o ano-calendário 2010.

No que tange à necessidade de reestruturação do contrato

para fazer valer a limitação de 30% de seus rendimentos, esta diz respeito unicamente aos descontos que podem ser efetivados diretamente na folha de pagamento do servidor público federal, mas não corresponde à garantia ao mutuário do direito ao parcelamento do débito.

(...)

Há que se considerar que o crédito consignado visa a, justamente, facilitar o acesso ao crédito, reduzindo o risco de inadimplência por parte do devedor e, por consequência, a redução da taxa de juros a ser cobrada pela instituição bancária. Há que se ter em vista, outrossim, o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça de que os valores consignados não podem ultrapassar o limite de 30% dos vencimentos.

Na celebração do contrato consignado, a embargante percebia R\$ 18.173,90, suficiente para fazer frente a prestação mensal de R\$ 5.126,30. Nos seus vencimentos, estava incluída a função gratificada de R\$ 2.232,38, tendo a embargante conseguido o empréstimo em tais condições. Não há nulidade no avençado por posterior diminuição da renda mensal, até porque a redução não foi expressiva (12%).

Entretanto, a parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, alegando, tão somente, e de forma genérica, a superação do teto legal de 30% a partir da perda da função comissionada.

Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas se encontram dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal, as quais dispõem, respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”; e “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MOVIDA CONTRA ESTADO. CHAMAMENTO DA UNIÃO AO PROCESSO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. RAZÕES DOS EMBARGOS DISSOCIADAS DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. SUSPENSÃO EM RAZÃO DE RESP ADMITIDO

**COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.
DESCABIMENTO. TEMA ESPECÍFICO.**

(...)

3. A alegação de omissão do acórdão embargado por ter a ora embargante impugnando os fundamentos da decisão do Tribunal a quo atrai a incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF, uma vez que não houve menção na decisão monocrática nem no acórdão em agravo regimental sobre tal ponto, de modo que restam dissociadas as razões dos embargos de declaração com relação ao constante nos autos.

4. Quanto à suspensão do recurso especial, tendo em vista a admissão do REsp n. 1.144.382/AL como representativo de controvérsia, tem-se que este recurso trata da solidariedade passiva da União, dos Estados e dos Municípios tão somente, e não, como no caso em exame, sobre eventual chamamento ao processo de um dos entes.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no Ag 1.309.607/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012).

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL.
CONCURSO DE PREFERÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO
CONFIGURADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS
FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA
NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E
284/STF.**

1. Constatase que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Na leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal local não olvidou o fato de possivelmente existir concurso de preferência. Apenas foi consignado que a competência para análise de tal instituto seria do Juízo da Execução. Logo, não merece respaldo a tese da agravante de que foi "inobservada a existência de concursus fiscalis entre a Fazenda Nacional e Fazenda Estadual" (fl. 861, e-STJ). Nesse sentido, verifica-se que as razões recursais mostram-se dissociadas da motivação perfilhada no acórdão recorrido e que não houve impugnação de fundamento autônomo do aresto impugnado. Incidem, portanto, os óbices das súmulas 283 e 284/STF.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 254.814/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013, destaque meu).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora